



FUTURO ANCESTRAL - MULHERES INDÍGENAS NA POLÍTICA

Danieli Finaú Geraldo Correa¹

Graduanda em Teatro (UDESC)

 <https://orcid.org/0009-0003-1070-9929?lang=pt>

Recebido em: 18 de janeiro de 2025

Aprovado em: 30 de maio de 2025

RESUMO

Este trabalho, que está em construção, germinou do documentário: “Aldear a Política”, que se encontra em seus últimos ajustes de finalização. Foi sonhado e construído de forma coletiva através do Programa Histórias Africanas e Indígenas: olhares e práticas na educação, no que tange as ações pensadas pelo Projeto Histórias Plurais do AYA (Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais), localizado no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) em Florianópolis/SC. O documentário busca trazer para debate a participação e atuação das mulheres indígenas na política partidária fazendo especificamente um recorte no estado de Santa Catarina. O documentário entrevistou quatro lideranças indígenas; Andenice Fiamoncini, Ingrid Sateré Mawé, Joziléia Kaingang e Kerexu Yxapyry. Com base nas discussões levantadas através dos encontros realizados pelo grupo de estudos do AYA Laboratório, bem como do documentário Aldear a Política, busca-se refletir os caminhos percorridos por lideranças indígenas, suas ramificações no que diz

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Teatro – UDESC/CEART. Programa Histórias Africanas e Indígenas: olhares e práticas na educação – Projeto Histórias Plurais - Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED). Bolsista vinculada ao Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais – AYA (UDESC/FAED). Email: danielifgcorrea@gmail.com



respeito ao atual cenário político brasileiro e alimentar a perspectiva de que outros futuros são possíveis.

PALAVRAS-CHAVE

Aldear; Mulheres; Política.

Introdução

Quando entrei para ser bolsista do AYA (Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais), o documentário “*Aldear a Política*”² já estava em andamento, passei a somar junto nas pesquisas e decupagem das entrevistas. Foi daí que a fagulha passou a ser alimentada e os entendimentos se direcionaram para compreender como essas mulheres, que tem resistido as mais diversas opressões e violências, vêm se articulando para ocupar os espaços com o objetivo de retomar seus territórios e recontar a história dos povos originários que há tanto foi e ainda é apagada do nosso país. Esse país chamado “Brasil” é terra indígena, é por esse fio que começo a tecer minha escrita.

Para compreender melhor a atuação das mulheres indígenas nos espaços institucionais, precisamos voltar algumas casas para entender como esse terreno, que é de

² ALDEAR A POLÍTICA, Direção: Vinícius Gomes. Produção: Emitai Produções Audiovisuais, AYA Laboratório de estudos pós-coloniais e decoloniais. Brasil. Emitai Produções Audiovisuais, 2024.



extrema importância e que dita todo o sistema de organização social que estamos inseridos, foi construído.

Os espaços da política desde 1500 foram ocupados por imperialistas³ europeus, majoritariamente brancos, que ditaram suas regras e dizimaram saberes, culturas e línguas através do processo que se entende por colonização. A estrutura da engrenagem começa a girar em 1983 quando Mário Juruna, líder indígena, filiado ao Partido Democrático Trabalhista, passa a ocupar o Senado, abrindo caminhos para que os povos originários pudessem ocupar e trazer suas vozes para esses espaços. Mário Juruna foi o primeiro deputado federal indígena do Brasil.

Nessa breve análise de conjuntura, pode se dizer então que a participação feminina na política ainda é semente⁴, uma vez que o direito ao voto feminino é algo muito recente se for comparar com a estrutura que vem atuando de forma incansável desde que as pólis passaram a ser projetadas, as mulheres só começaram a ter direito ao voto em fevereiro de 1932, e para se ter uma ideia, até 2015 o plenário do senado sequer possuía banheiros femininos.

³ A professora e pesquisadora Linda Tuhiwai Smith que pertence aos povos indígenas Ngāti Awa e Ngāti Porou iwi da Nova Zelândia, em seu livro *“Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas”*, trás que: “O imperialismo estrutura a experiência indígena, sendo parte da sua história e de sua versão de modernidade” uma vez que “o imperialismo ainda fere, ainda destroi e se reformula constantemente” justamente por terem “cavado uma ferida permanente nas sociedades ocupadas, cujas terras foram nomeadas e reivindicadas pelo império.” Em suas análises o colonialismo é visto enquanto uma expressão específica do imperialismo. SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando Metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Trad. Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018. p. 239, 31-75.

⁴ Num sentido poético de ainda estar germinando, fazendo alusão ao desenvolvimento das árvores e plantas.



Desde o período colonial, o Brasil comporta uma ausência da participação da mulher na política, seja no cumprimento do exercício do voto ou na candidatura a cargos públicos. O processo de participação feminina na política somente teve início na década de 1930, mais precisamente no governo Vargas, quando o código eleitoral de 1932 garantiu às mulheres o direito de votar, de serem votadas, o voto secreto e o alistamento eleitoral a partir de 18 anos. A conquista desses direitos políticos foi obtida a partir do surgimento de diversos movimentos organizados por mulheres em prol de causas relativas à emancipação feminina. (LEITE; GUNDIM, 2019, p. 02).

A conquista desses direitos políticos foi obtida a partir do surgimento de diversos movimentos organizados por mulheres, através inclusive da tomada dos meios de comunicação, como é o caso do surgimento da imprensa feminina, que foi catalisador para que o movimento das mulheres passasse a ganhar engajamento⁵. Em 1852 foi fundado o primeiro jornal produzido para mulheres, conhecido como “O jornal das Senhoras” que tinha como objetivo alcançar a emancipação feminina. O jornal serviu como um embrião para o movimento revolucionário que ficou conhecido como sufrágio feminino⁶.

É a partir das contestações e movimentos gerados pelas então denominadas sufragistas, que em 1928, Alzira Soriano, de 32 anos, se torna a primeira mulher no país

⁵ MOURA LEITE, Crislayne; GUNDIM, Wagner Wilson Deiró. *A Participação da Mulher na Política Brasileira e a Efetividade das Cotas Partidárias*. Resenha Eleitoral, Florianópolis, SC, v. 23, n. 1, p. 139–164, 2019. DOI: 10.53323/resenhaeleitoral.v23i1.98. Disponível em: <https://revistaresenha.emnuvens.com.br/revista/article/view/98>. Acesso em: 26 maio. 2025.

⁶ Movimento social, político e econômico de reforma, com o objetivo de estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres. Participaram do sufrágio feminino mulheres e homens, denominados sufragistas. Em alguns textos se diz que a participação na luta foi composta por diferentes classes, mas conhecendo a formação social do Brasil podemos ter uma ideia de qual era a classe dominante nesse movimento, o que muitas vezes acaba criando uma lacuna e deixando discussões de raça e classe de lado.



a vencer as eleições municipais na cidade de Lajes, um pequeno município no interior do Rio Grande Norte, que aconteceu quatro anos depois após a promulgação do Código Eleitoral de 1932 pelo então presidente Getúlio Vargas.

O envolvimento da mulher na política foi repleto de muita oscilação. Isso só foi possível devido à atuação marcante das mulheres pela inclusão dos seus direitos na Constituição. É então que no ano de 1995 é instituída através da Lei nº 9.100 as cotas de gênero nas disputas eleitorais.

[...] o dispositivo estabeleceu a primeira reserva de vagas para mulheres nas listas de candidaturas em eleições proporcionais, prevendo que cada partido apresente no mínimo 20% de candidatas. Na mesma lei, também foi aprovada a ampliação do número de vagas na lista eleitoral para 120% do total de cadeiras de disputa (MIGUEL, 2000, p. 42).

Apesar da implantação das cotas partidárias, ainda não houve um aumento significativo da representação feminina na política. Isso porque, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), as mulheres desde a conquista dos seus direitos políticos não conseguiram ultrapassar 15% do total de Deputados Federais. Nas eleições gerais de 2018, apenas 290 candidatas foram eleitas, representando cerca de 16, 20% do total de eleitos.

Segundo o ranking da participação de mulheres no Parlamento, elaborado pela ONU Mulheres em parceria com a União Interparlamentar (UIP), que analisou 193 países, o Brasil se encontra bem abaixo da média da América. A partir desse contexto, é importante discutir alguns fatores que influem para que as cotas não tenham conseguido maximizar a representatividade feminina no Brasil. Entre os motivos que explicam a baixa representação feminina na política estão os fatores histórico-culturais, pois, embora a visão social sobre a



mulher tenha se desenvolvido, ainda há na sociedade a manutenção de uma mentalidade patriarcal que entende que apenas devem ser destinadas às mulheres atividades relacionadas à família ou ao lar. (LEITE; GUNDIM, 2019, p. 13-14)

Além dos aspectos relacionados com a própria fragilidade normativa da lei, um dos fatores que contribui para a não aplicação das cotas no Brasil consiste na ausência de apoio dos partidos políticos nas candidaturas femininas. Se a representação e apoio na candidatura de mulheres já é quase mínima, quem dirá de pessoas, pretas, indígenas e quilombolas.

Outra explicação para a ausência de mulheres na esfera política – sob influência dos partidos políticos – é a desistência das candidatas ao pleito antes das eleições, o que pode ser consequência, muitas vezes, da escolha realizada pelos partidos de candidatas “laranjas” – que não têm chance real de eleição. Nas candidaturas falsas, muitas mulheres são apresentadas como candidatas pelos partidos sem conhecimento nem consentimento delas, seja por meio de pedido de registro de candidatura com assinatura falsificada, seja por requerimento firmado por dirigentes partidários, sem procuração com poderes especiais (SANTOS; BARCELOS, PORCARO 2018, p. 133).

De acordo com dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 2016, mais de 16.000 candidatos terminaram a eleição sem ter recebido sequer um voto, ou seja, nem o próprio candidato votou em si, mesmo concorrendo com o registro deferido. Desse total de candidatos sem votos, 14.417 eram mulheres e apenas 1.714 eram homens.

Aliada a isso, se encontra uma grande problemática que é alterar as decisões que giram dentro do parlamento, através de políticos e suas bancadas; do agro, do veneno, da bíblia, da bala, da devastação, que deixam passar batido questões que são cruciais para que



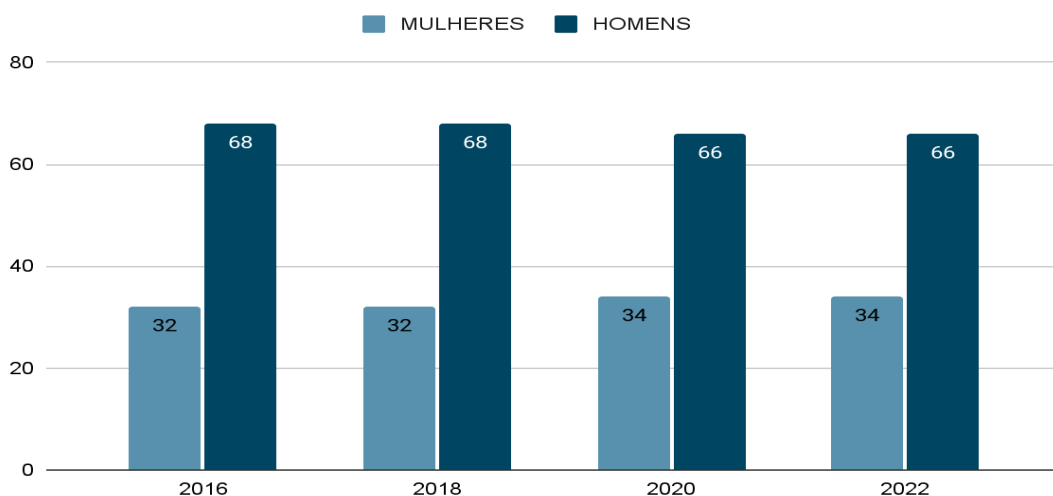
se possa ter políticas públicas e cobranças efetivas em casos semelhantes como esse, uma vez que os interesses políticos e econômicos são disputados a ferro e fogo por quem não quer perder seus postos de poder e suas regalias.

A Lei nº 13.831, de 2019, que altera as regras referentes à prestação de contas dos partidos políticos e concede mais autonomia em sua organização interna e sua movimentação financeira, anistia as legendas que não cumpriram a regra de incentivo à participação política das mulheres, de forma que os partidos que não aplicaram o mínimo de 5% do Fundo Partidário para promover a participação política das mulheres, entre 2010 e 2018, não poderão ter suas contas rejeitadas ou ser alvo de qualquer outra penalidade, caso tenham incentivado a participação feminina de algum modo. (LEITE; GUNDIM, 2019, p. 15).

Com essas discussões trago aqui alguns gráficos com dados extraídos do Tribunal Superior Federal para melhor visualizar como se dá a ocupação nesses espaços de poder.



FIGURA 1 - Gráfico de gênero⁷



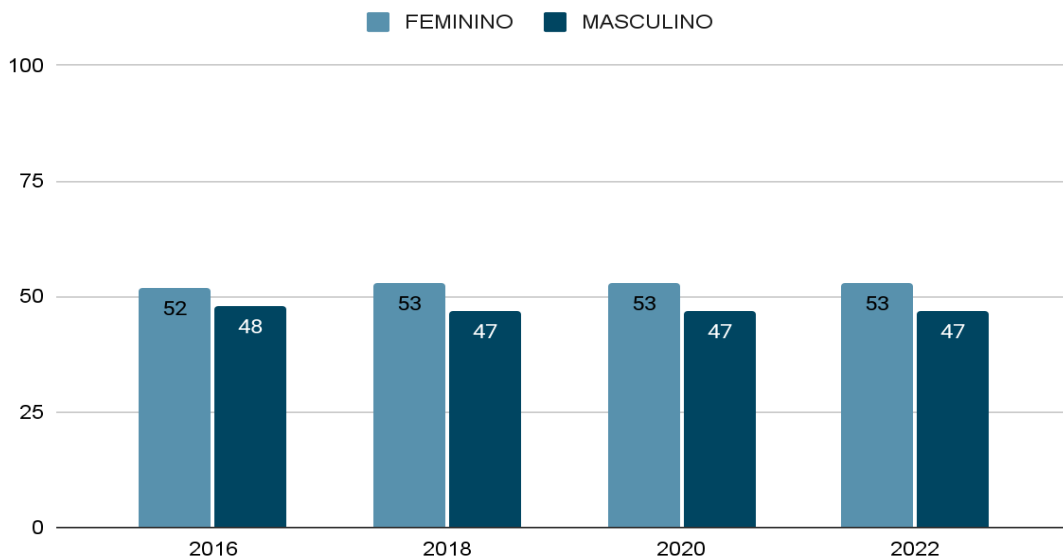
Fonte: Tribunal Superior Federal. Perfil de candidaturas, 2024. Disponível em:

<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/painel-perfil-candidato?session=10031611649186> Acesso em: 18, julho, 2024.

⁷ Em 2016 a ocupação dos homens no cenário político foi de 68% enquanto a das mulheres foi de 32%, em 2018 se manteve a mesma porcentagem. Em 2020 a ocupação de homens diminuiu para 66% enquanto a das mulheres aumentou para 34%, em 2022 se manteve a mesma porcentagem.



FIGURA 2 – Gráfico de mulheres eleitoras⁸



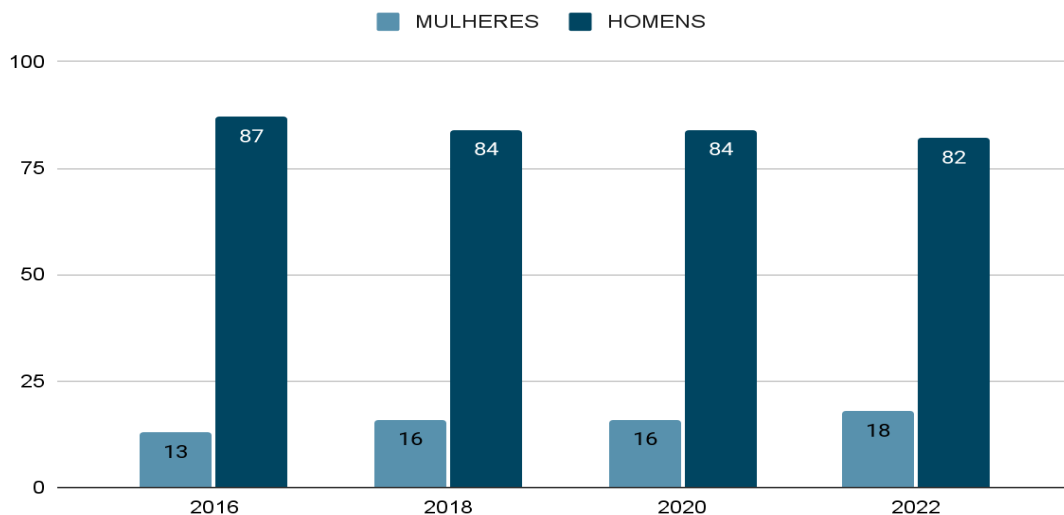
Fonte: Tribunal Superior Federal. Perfil de candidaturas, 2024. Disponível em:

<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/painel-perfil-candidato?session=10031611649186>. Acesso em: 18, julho, 2024.

⁸ Em 2016 a quantidade de mulheres eleitoras representou um total de 52%, enquanto homens eleitores foi de 48%. Em 2018, 2020 e 2023 se manteve a mesma porcentagem, onde mulheres eleitoras representaram um total de 53%, enquanto homens eleitores foi de 47%.



FIGURA 3 - Gráfico de mulheres eleitas⁹



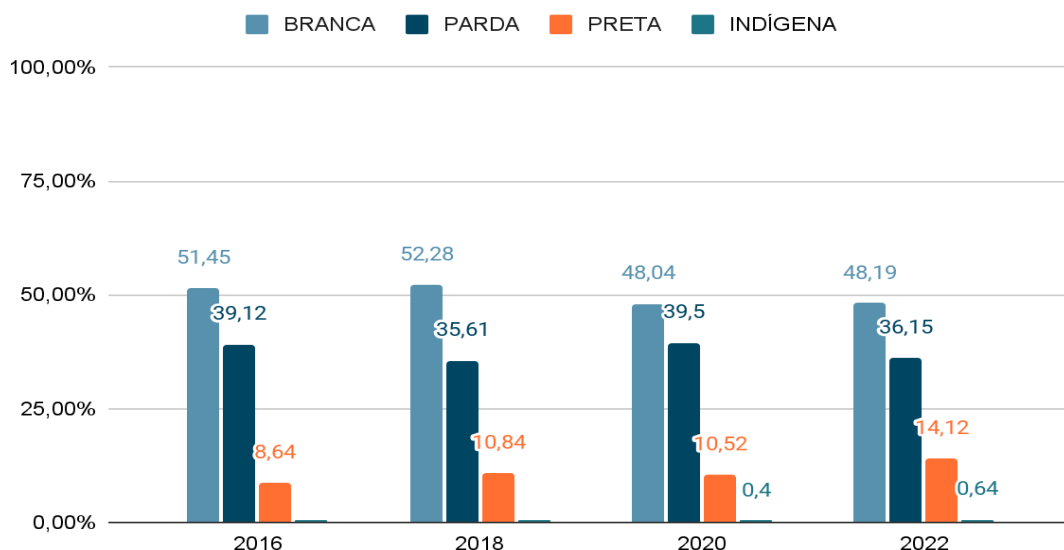
Fonte: Tribunal Superior Federal. Perfil de candidaturas, 2024. Disponível em:

<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/painel-perfil-candidato?session=10031611649186> Acesso em: 18, julho, 2024.

⁹ Em 2016 os homens eleitos representaram um total de 87%, enquanto as mulheres representaram um total de 13%. Em 2018 e 2020, se manteve a mesma porcentagem, onde a quantidade de homens eleitos diminuiu para 84% e o total de mulheres eleitas subiu para 16%. Em 2022, o total de homens eleitos diminuiu um pouco mais, indo para 82%, enquanto o total de mulheres eleitas subiu para 18%.



FIGURA 4 – Gráfico de cor/etnia¹⁰



Fonte: Tribunal Superior Federal. Perfil de candidaturas, 2024. Disponível em:

<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/painel-perfil-candidato?session=10031611649186>. Acesso em: 18, julho, 2024.

Como se pode observar a diferença é discrepante em relação aos povos indígenas ocupando espaços de poder, é só a partir de 2018 que começa a ter uma mudança significativa, mas ainda muito mínima em relação a homens majoritariamente brancos. As mulheres são mais de 52% da população e menos de 15% delas consegue ocupar o senado, tendo apenas 2% de mulheres negras e 0,6% de mulheres indígenas.

¹⁰ Em 2016 pessoas brancas representaram o total de 51,45% de pessoas eleitas, pessoas pardas eleitas o total de 39,12%, pessoas negras eleitas o total de 8,64% e pessoas indígenas eleitas o total de 0,35%. Em 2018 o total de pessoas brancas eleitas foi de 52,28%, pessoas pardas eleitas o total de 35,61%, pessoas negras eleitas o total de 10,84% e pessoas indígenas eleitas o total de 0,46%. Em 2020 o total de pessoas brancas eleitas foi de 48,04%, pessoas pardas eleitas p total de 39,5%, pessoas negras eleitas o total de 10,52% e pessoas indígenas eleitas o total de 0,4%. Em 2022 o total de pessoas brancas eleitas foi de 48,19%, de pessoas pardas eleitas o total de 36,15%, pessoas negras eleitas o total de 14,12% e pessoas indígenas eleitas o total de 0,64%.



Simbolicamente, é comum que os povos indígenas sejam barrados ao tentar ingressar nas dependências do Congresso Nacional ou, de forma ainda mais recorrente, ver proibido o ingresso de seus instrumentos tradicionais e religiosos, como maracás. Do lado oposto aos poderosos setores político-econômicos que se convertem, no Congresso, em fortes grupos de pressão anti-indígena – e muitas vezes do lado de fora de seus muros excludentes – os povos originários resistem e permanecem atentos aos ataques que lhes são desferidos. (WAPICHANA, 2018)

Os povos indígenas, bem como os povos quilombolas e afro-brasileiros seguem sendo sub representados no que diz respeito aos seus direitos civis e políticos. Enfrentando com isso uma série de desafios, dentre eles, questões geográficas e o difícil acesso às informações e até mesmo a alfabetização, visto que está enraizado um preconceito muito grande com os povos originários desde que o país foi colonizado.

Para as mulheres indígenas isso é ainda mais desigual, pois além de em alguns casos estarem afastadas dos grandes centros onde gira a informação¹¹, precisam enfrentar a violência de gênero e também a questão racial, principalmente quando se tem uma discussão sobre os territórios, onde grande parte dos interesses giram em torno das disputas por terra. A disputa por terra e território é um dos maiores conflitos desde 1500 até os dias de hoje.

¹¹ Mayorga, Claudia; DUTRA, Juliana Cabral de O. *Mulheres Indígenas em Movimentos: Possíveis Articulações entre Gênero e Política*. Revista Psicologia: Ciência e Profissão 2019 v. 39 (n.spe.), e221693, 113-129. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003221693>>. Acesso em 01, setembro, 2024.



Valorizar os direitos dos povos indígenas, quilombolas e afro-brasileiros com ações afirmativas, com menos violência política e mais dados de mulheres racializadas na política, é alimentar a possibilidade de se criar outros mundos e outras formas de viver nesse sistema desigual e com isso construir outras políticas públicas, pois esse que está em vigência já está falido há muito tempo.

Em 2018, o chão do parlamento mais uma vez treme e quem o ocupa é Joênia Wapichana, atual Presidenta da FUNAI, sendo então a primeira mulher indígena a ocupar o congresso e a presidência de um órgão federal responsável pela política indigenista brasileira. Abrindo então caminho para que outras mulheres pudessem e possam estar cada vez mais ocupando esses espaços, trazendo junto seus maracás, suas vozes e seus corpos-territórios¹². Desde a saída de Mário Juruna do Congresso, em 1986, nenhuma outra pessoa indígena havia ocupado vaga no legislativo.

No dia 11 de janeiro de 2023 o senado estremeceu e os maracás se levantaram para saudar Sônia Guajajara que tomou posse como ministra no então Ministério dos Povos Indígenas (MPI), gerando com isso uma retomada da força ancestral. A bancada do cocar veio para marcar um tempo histórico dentro do senado, a luta por

¹² Segundo Kena Azevedo Chaves em seu artigo *Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil*, “Corpo-território diz respeito ao enfrentamento da violência doméstica e paramilitar, conectando-a à violência imposta pelos projetos extrativistas, para posicionar a dimensão política do corpo nas lutas contra o extrativismo, sempre numa perspectiva em que o corpo é parte da comunidade e do território.”



reconhecimento, pertencimento e retomada, que é presente desde a colonização, começa a ganhar corpo, espaço e força com o que se chama de “aldear a política”.

Aldear a política é mudar toda uma estrutura colonial que desde sempre veio massacrando, silenciando e desterritorializando os povos originários de suas terras. O processo de colonização buscou não só violentar, como também castrar toda a subjetividade dos povos indígenas e africanos, tentando se apropriar e apagar suas culturas, línguas e saberes, roubando com isso não só seus territórios, mas também suas histórias e deslegitimando suas vozes.

Atualmente os processos de retomada tem contribuído para que seja possível tomar de volta o que foi roubado. Isso envolve ocupar, por mais contraditório que seja, os espaços de poder. Tomar os espaços de poder é fazer com que as vozes ancestrais ecoem e assim se possa retomar o que foi arrancado dos povos que sempre estiveram, no que se denominava Pindorama¹³. Adentrar os espaços, em especial nesse caso aqui da política partidária, é a oportunidade de escrever a história real que há tanto tempo vem sendo distorcida e usurpada.

Uma grande aliada e articuladora nesse processo de aldear a política é a ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade)

¹³ Segundo denominação básica e popular, “Pindorama” significa “terra das palmeiras”, era como os povos tupis-guaranis reconheciam esse país, com a colonização passou a ser chamado de Brasil.



cujo papel é justamente fortalecer a candidatura das mulheres indígenas¹⁴, uma vez que desde que Pindorama foi invadida, os povos indígenas foram jogados para a borda da periferia social e é preciso recontar a história, principalmente nas escolas.

Para se pensar futuros outros possíveis nessa terra Brasil que é originária, é preciso considerar que só será possível fazer a roda girar dessa estrutura moldante a partir do momento em que tiver uma ocupação e retomada de direitos e territórios que são a base para a sobrevivência e subsistência de quem sempre esteve lutando para a preservação e conservação da natureza.¹⁵

No momento atual em que vivemos, de colapso climático iminente, numa era de devastação a todo custo, não há como ignorar a luta indígena, pois é através dos povos originários que a preservação dos territórios e biomas acontece, isso só é possível aldeando a política e a educação. É através desses espaços que a mudança brota, germina, cresce, se ramifica e se espalha feito as raízes das árvores por debaixo do solo, assim podemos ter esperança de um futuro outro, mais justo e transformador.

É preciso reflorestar as mentes, e isso só se dá quando as vozes que sempre ditaram o que era certo e o que era pecado deixam de ter seus postos de poder, para que

¹⁴ AZARA, Weuler Pereira. *Vozes de mulheres indígenas na política: o pleito de 2020 no contexto de Santa Catarina*. 2021, 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso, graduação em História - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/228843>. Acesso em: 16, agosto, 2024.

¹⁵ JIMENES, Amílca Aroucha. *Sobre Flechas e Canetas - Faces da política indígena em Manaus (1980 - 2019)*. Valer Editora, 1º edição, 2023. 344 p.



perspectivas e saberes afro-indígenas possam ser protagonistas de suas próprias vozes e histórias.¹⁶ Quem sabe com isso o Brasil possa ter a primeira mulher indígena eleita como presidenta.

Considerações finais

Essa pesquisa está em processo de construção, começou a se desdobrar através do AYA (Laboratório de Estudos Pós-coloniais e Decoloniais) da FAED/UDESC, a partir da construção do documentário *"Aldear a Política"*. Este documentário tem como protagonistas mulheres que estão a frente de cargos políticos, fazendo um recorte no estado de Santa Catarina. O documentário entrevistou Kerexu Yxapyry, Ingrid Sateré Mawé, Joziléia Kaingang e Andenice Fiamoncini, mulheres indígenas de luta que tem resistido as mais diversas opressões e violências, levando para os espaços de poder seus maracás, suas vozes e as vozes de suas ancestrais para aldear o parlamento e reflorestar as mentes.

Nessa pesquisa em específico fui em busca de tentar compreender um pouco mais sobre a questão política de nosso país, nas muitas camadas que envolve sua gestão, pude perceber que nossa formação política é muito falha, não nos é ensinado sobre como funcionam as leis, as políticas públicas, as gestões governamentais e principalmente quem

¹⁶ DE LIMA, Martha Batista; WERÁ, Kaká. *Oboré: Quando a Terra fala*. Instituto Arapoty. 1ª edição, 2023. 108p.



são as pessoas que desde sempre estão lá comandando esse espaço, cuja função é gerir nossa sociedade.

Ter pessoas negras e indígenas ocupando esses espaços de poder é movimentar toda uma estrutura, é causar um rombo nas normas pré-estabelecidas, é com suas vozes nesses espaços que a transformação social, cultural e política ganha força.

Porém, não podemos deixar de refletir sobre as diversas contradições que envolvem o que se refere ao Estado Democrático de Direito, que se baseia na participação popular, respeito à dignidade humana e direitos assegurados por meio de leis. Na prática a relação é outra, pois esses espaços de controle e poder sempre foram violentos a corpos marginalizados e periféricos, com isso não precisamos de muito para entender que há muita violência e silenciamento contra esses corpos nesses espaços políticos, que em suma maioria, são sexistas, misóginos e racistas. Máximo respeito às mulheres indígenas que ocupam a política partidária e fazem ser ouvidas.